2017 ano 42 v. 274 dez.

Artigos

01.	(Ada Pellegrini Grinover)	19
02.	Fundamentação judicial exauriente, argumentação jurídica exauriente e concisão: um diálogo necessário (Francisco Glauber Pessoa Alves)	4 7
03.	Reflexões sobre a pretendida discricionariedade judicial (João Batista Lopes)	79
04.	A justificação como elemento da sentença (Lírio Hoffmann Júnior, Marco Félix Jobim)	99
05.	O saneamento no Processo Civil como instrumento de efetividade da atividade jurisdicional (Flávio Quinaud Pedron; Jéssica Nayara Duarte Costa)	161
06.	A perspectiva processual da pauliana (notas sobre a introdução do novo Art. 2929 bis, C.C.) (Art. 12 D.L. de 27 de junho de 2015, n. 83, convertido com modificações da L. de 6 de agosto de 2015, n. 132) (Marco de Cristofaro)	
07.	A ação rescisória e a legitimidade passiva do advogado (Adolpho Augusto Lima Azevedo)	239
o8.	A possibilidade de fungibilidade entre o IRDR e o IAC: viabilidade e necessidade de sistematização (Vinicius Silva Lemos)	255
09.	Sucessão de bens situados em território nacional e a competência exclusiva do juiz brasileiro: do CPC/1973 ao CPC/2015 (Antonio Eduardo Reichmann Seixas)	293
10.	Direito à saúde e decisões estruturais: por uma judicialização mais racional e eficiente (Fernando Alcântara Castelo)	317
11.	As penas na Lei de Improbidade Administrativa: análise dos seus principais aspectos (Luiz Manoel Gomes Júnior, Miriam Fecchio Chueiri)	343
12.	Atuação administrativa consensual: acordo substitutivo envolvendo atos de improbidade administrativa (Paula Lino da Rocha Lopes)	e 383
16.	Brevi note sul litisconsorzio nel processo tributario italiano (Fabio Saponaro)	409

14.	A multa judicial (astreinte) consolidada no tempo: reflexões sobre os parâmetros para fixação e modulação do quantum alcançado: doutrina e jurisprudência unidas na busca por critérios objetivos para uma fundamentação qualificada (Rafael Caselli Pereira)	
15.	Quattro brevi lezioni di introduzione al processo civile (Andrea Proto Pisani)	465
16.	Tempo e processo: políticas públicas traduzidas em metas por uma "justiça em números" adequada (Fabiana Marion Spengler, Theobaldo Spengler Neto)	509
17.	Declaração de inconstitucionalidade pelo árbitro: vedação ou dever (Marcelo José Magalhães Bonizzi, Olavo Augusto Vianna Alves Ferreira)	543